

Argentina consulta os credores latinos

Buenos Aires — A Chancelaria Argentina iniciou consultas com os outros dez países signatários do recente "consenso de Cartagena", em sua condição de titular da Secretaria Permanente de Assessoramento da Dívida Externa Regional, devido ao novo aumento da taxa preferencial, determinada pelos bancos norte-americanos, segundo um funcionário.

O informante, que pediu para não ser identificado, declarou à AP que não esperava nenhum comentário imediato sobre a medida, por parte do presidente Raúl Alfonsín, embora acredite que ele abordará o tema no discurso anunciado para hoje, quando delineará um novo programa econômico de austeridade.

"Sobre o assunto tudo já foi dito. Que mais poderíamos acrescentar diante deste novo aumento?", comentou a fonte.

Na oportunidade do aumento anterior da taxa de juros preferencial, no dia 9 de maio passado, Alfonsín manifestou publicamente sua "indignação" e afirmou que o procedimento dos bancos dos Estados Unidos, principais credores do país, "comprometem reativação econômica e a paz social da República". O presidente disse, naquela oportunidade, que os aumentos na taxa preferencial registrados a partir de março "significam que a Argentina deverá pagar 600 milhões de dólares adicionais por ano como juros de sua dívida externa, o que equivale ao total das exportações de carne da República previstas para o corrente ano".

O aumento anunciado ontem, de 12,5 para 13 por cento anual, importará num desembolso adicional de quase 200 milhões de dólares para a Argentina, cuja dívida externa é calculada em 43 bilhões e 600 milhões.

Na reunião de Cartagena, que finalizou no dia 22 passado, onze países latino-americanos aprovaram um "consenso" de 16 pontos, e criaram uma secretaria permanente do comitê para acompanhamento da dívida externa regional, cuja direção foi dada à Argentina, dentro de um mecanismo de consulta permanente dos países participantes.